



Emigrantes:
Entre a terra idílica e a terra ingrata

Ana Cristina Carvalho

Centro de Estudos Ferreira de Castro e CICSNova – Centro de Investigação Interdisciplinar em Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Objeto de múltiplas análises, o romance *Emigrantes* nunca foi submetido ao escrutínio da Ecologia Humana. O presente artigo ensaia essa perspetiva, aplicada ao cenário português – capítulos I a VII da Primeira Parte, capítulos VI e VII da Segunda Parte e parte do Capítulo II desta – pouco mais de um terço da extensão do romance. Propõe-se uma interpretação do protagonista Manuel da Bouça, sua decisão emigratória e seu desalentado regresso, focada no modelo socioeconómico do Vale de Ossela ao tempo da narrativa e na árdua relação que os camponeses mantinham com aquela terra e os recursos por ela oferecidos.

(Adaptação de um subcapítulo da Tese de Doutoramento *Terra Nativa: a Relação Eco-humana na Vida e na Obra de Ferreira de Castro*, 2015).

Palavras-chave: *Emigrantes*, Ecologia Humana, Ecocrítica, Paisagens originais, Sustentabilidade, Recursos Naturais.

Abstract

Ferreira de Castro's *Emigrantes* was never studied from the point of view of Human Ecology. This paper essays such an approach, applied to the the novel's Portuguese landscape set – Part One, chapters I to VII; Part Two, chapters VI to VII and some pages of Chapter II – longer than one trird of the whole text. We propose a new interpretation of the main character, Manuel da Bouça, his decision to emigrate and hopeless

returning back home – focused on the socioeconomic model of Ossela valley and the hard relation between peasants, their territory and its natural resources.

Keywords: Emigrantes, Human Ecology, Ecocriticism, “Origin landscape”, Sustainability, Natural resources.

1. Introdução

“Não era o realismo um oceano tão fácil de navegar como me havia parecido, mas nas suas vastas e mui diversas águas a minha vela marchava toda fervorosa (...)” escreveu Ferreira de Castro em “Pequena História de Emigrantes” (1966), aludindo à nova estética, mais realista, que decidira ensaiar no romance de 1928, “refaz[endo] o caminho literário” até aí construído ao longo de dezassete títulos.

Desse objetivo começa por participar o Pórtico – redação introdutória que apresenta o tema da miragem além-Atlântico, conquistando desde logo o leitor, e levanta o véu sobre a proeza dos que, na mira de um futuro mais decente, arriscavam “transitar com os olhos postos na luz que a sua imaginação acendeu”.

A denúncia dessa ferida da sociedade portuguesa é confiada, sobretudo, à instância de um narrador onnipresente – “o mago que evoca o pretérito”, para usar a frase feliz de Thomas MANN em *A Montanha Mágica* (1924, ed. 1981: 5). O pretérito de *Emigrantes* centra-se em Manuel da Bouça, modesto camponês beirão insatisfeito com a vida no limiar da subsistência a que está votado. Socialmente indiferenciado, fosse um habitante real e pertenceria aos 76% a 80% da população com mais de cinco anos do município de Oliveira de Azeméis que à época não sabiam ler nem escrever ¹.

A ação com cenário português decorre num período primaveril e representa um autêntico documentário sobre o património biofísico e as relações eco-humanas do Portugal beirão do início do século XX. O que justifica a aplicação ao texto de pelo menos duas questões típicas na ótica combinada da Ecologia Humana e da Ecocrítica²: 1) Que formas tradicionais da interdependência humana com a Natureza, ou a Ecosfera, local são evidenciadas no romance? e 2) Que papel assumem esses patrimónios natural e eco-humano na definição do enredo?

2. O lugar “original”

A saga de Manuel da Bouça apoia-se num território não inventado, sobreponível ao real – a freguesia de Ossela, sobranceira a um troço do Caima – de que o autor revela conhecimento profundo e empírico. Esse realismo é autenticado, por exemplo, pela toponímia, coincidente com a enumerada na notícia do autor para o Guia de Portugal III (Proença e Dionísio, 1945, 1993), sob o título “De Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra”. As acrescidas observação e objetividade exigidas por Raul Proença ao romancista são úteis para certificar o valor documental do romance sobre a geografia e a Natureza locais e a orgânica multifuncional com que o ser humano se conectava a ambas.

Na divisão regional de 1933, o geógrafo Amorim Girão situa a área na sub-região “Cimbra”, encastrada entre “Paiva”, “Ribeira do Vouga” e “Douro Litoral”. Orlando Ribeiro (1945, ed. 1986: 188) viria

¹ Fonte: Mapa “O analfabetismo em 1921” em Portugal continental (RIBEIRO, LAUTENSACH e DAVEAU, 1989).

² Que se auto-impõe apurar a construção cultural da Natureza, por um lado e, por outro, ver como esta, enquanto realidade independente do ser humano, ajuda a edificar o discurso artístico (GARRARD, 2006).

a incluí-la na Unidade de Paisagem n.º 4 do Portugal Atlântico – “Terras de média altitude da Beira Litoral”. Com *Emigrantes*, a freguesia rural de Ossela, a meio caminho entre as sedes dos dois concelhos vizinhos, destacou-se do contexto bi-municipal para assumir um papel na cultura portuguesa: o de “território literário” – aquele que a pena de um escritor fez ascender, enquanto cenário da sua criação literária, ao reconhecimento coletivo por parte do público leitor (Vilagrasa i Ibarz, 1988).

Em *As Regiões Portuguesas* (1993: 54), J. GASPAR considera a paisagem da antiga “Cambra” um prolongamento para sul da fisionomia geográfica de Entre Douro e Minho, dada, entre outros aspetos, pela componente rural tradicional “em que sobressaem milheirais e espigueiros, ramadas de vinho verde, prados e nabais (...)”. E aponta para as duas regiões uma “herança comum” emigratória, que ilustra com *Emigrantes*. Porém, este geógrafo atribui ao romance uma “imagem das articulações entre Litoral e Serra, entre camponeses e pequenos industriais” que, em rigor, ela não tem.

Emigrantes contribui, isso sim, para relatar a história deste “lugar”³ marcado por uma inequívoca ruralidade⁴, onde o labor humano de fruição do natural é ainda hoje, embora em menor escala, agente modelador de uma paisagem orgânica e dinâmica [Fig. 1]. A ideia do geógrafo sino-americano Yi-Fu TUAN (*Space and Place. The perspective of experience*, 1977, cit. p. ALMEIDA, 2008: 136) de que “A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” encontra claros ecos na narrativa, que desenha uma representação do espaço identificável com o conceito de topofilia, “o apego ao lugar” (*op. cit.*: 128), daquele autor.

No ensaio *Paisagens Originais* (2000), onde revisita os cenários de cinco escritores do Ocidente nascidos no século XX, Olivier ROLIN afirma que “ao longo da vida, nunca deixamos as paisagens da infância”, “aquelas cujo reflexo virá, com notável regularidade, lançar os seus brilhos nostálgicos através da Obra” (pp. 7 e 19). Essa ideia ajusta-se a Ferreira de Castro, na medida em que transferiu para *Emigrantes* e para o conto “O Natal em Ossela” (1933, in *Os Fragmentos*, 1974) um espaço geográfico de primordial importância na sua biografia.

Porém, estas são as únicas ficções com epicentro no seu território de infância, abordagens bastante mais juvenis do que “Aldeia Nativa” (1969, in *op. cit.*), “Pequena História de *Emigrantes*” (1966) e outras composições memorialísticas. O vale de Ossela povoado e fértil que Ferreira de Castro aqui efabula esgotou-se nesses textos. Não se fixou como permanente evocação romanesca nem tão-pouco se tornou núcleo imperioso do imaginário literário castriano, como mostram a diversidade e a amplitude geográficas da cenografia literária do autor. Contrariamente ao ocorrido, por exemplo, com Aquilino, nas “Terras do Demo”, ou com Carlos de Oliveira, nos seus cinco romances gandareses. A maior força dessa “paisagem



Fig. 1. Salgueiros, Vale de Ossela e rio Caima: panorâmica atual a partir da Serra da Felgueira

³ Adota-se o conceito de “lugar” proposto pelo ecocrítico americano Lawrence BUELL (2005:145): um espaço “fisiograficamente distinto”, delimitado e significativo para o apego humano, para as relações sociais e outras nele estabelecidas.

⁴ Nos seus planos social e económico, territorial e geográfico, administrativo e político, entenda-se o conceito “rural” tal como definido por J. FERRÃO (2000:46) – historicamente, um meio organizado segundo a “tetralogia”: produção de alimentos como função principal; a agricultura como atividade económica dominante; a família camponesa, seus modos de vida e valores, como grupo social de referência; e uma paisagem que espelha a conquista de equilíbrios entre as condições naturais e o tipo de atividades humanas.

original”, será, então, a sua função como primeira pedra de toda a obra canónica, ao inundar uma parte significativa das páginas de *Emigrantes*.

3. A relação Ser humano – Natureza: entre a terra idílica e a terra ingrata

O romance abre com uma cena que situa espacialmente o protagonista num local elevado, talvez a encosta de Santo António, em Ossela. Parece implícito um elogio à vida do campo, que sugere pelo menos duas interpretações: ou remanesce da estética de influência romântica que presidia às ficções juvenis castrianas; ou trata-se de um aparente recurso de estilo, na medida em que esse ambiente campestre eleito para lançar a narrativa virá a contrastar com as ocasiões de maior penúria e desespero no percurso do protagonista, e a submeter-se à mensagem capital do autor.

A aparente placidez do local e a harmonia que compõe a paisagem desfrutada contagiam Manuel da Bouça, permitindo-lhe revivências da infância aí passada em Liberdade e permitindo-lhe sonhar um futuro melhor. É apoiado num sobreiro e mirando a paisagem do rio e suas margens cultivadas que o camponês pondera as vantagens da ida para o Brasil. Passado e futuro sobressaem, então, do mesmo tecido de fundo desse presente em que ele se encontra, numa cena que acolhe a confluências desses três tempos. Antes mesmo de o homem nos ser apresentado, o autor alonga-se numa descrição paisagística, envolvendo várias componentes naturais (p. 19):

«Preta e branca, branca e preta, o preto mui luzidio e muito níveo o branco, a pega, de cauda trémula, inquieta, saracoteava entre carumas e urgueiras (...) e por fim erguia voo até a copa alta do pinheiro (...).

O Pinhal, todo de troncos grossos, casca áspera e gretada, adormecia austeramente no silêncio da tarde primaveril. As suas pinhas dir-se-iam incopuladas ou corroídas por antídoto malthusianista, pois cá em baixo, no solo castanho e acidentado, nenhum pinheiro infante erguia para o céu os bracitos verdes. Os caules nus, quase negros, assimétricos, eram colunas dum templo bárbaro, em cuja cúpula transparente o sol ia tecendo prateada e fantasiosa malha. Por vezes, o tecido incorpóreo esfarrapava-se e descia em fluidos caprichosos, até os galhos, formando pulseiras, ou até o chão, onde coagulava em jóias bizarras.

Ao fundo, cortando um declive, estendia-se a linha vermelha dum valado, que cedia terreno e entrincheirava a multidão cerrada dos pinheiros adolescentes e mui viçosos (...).»

Um elemento da avifauna local – a pega – e a espécie florística pinheiro situam a ação numa tarde de Primavera. O autor apela maioritariamente ao sentido da visão, com frequentes referências à luz, à cor e ao relevo: o “Preto luzidio” da plumagem, a “cúpula transparente” do pinhal; o “esbranquiçar” do casario aldeão, sobre um fundo orográfico de declives, “valados”, “veigas”, “montes” e “barrocas”. É entre Manuel da Bouça e esta paisagem que se interpõem outras visões – a de uma aventura distante e a do desgosto a ela inerente.

No capítulo III acompanhamos a deslocação madrugadora do camponês a Oliveira de Azeméis. Os parágrafos que antecedem a sua entrada na vila, antes de aligeirar a marcha para cumprir o primeiro de uma série de trâmites exigidos aos futuros emigrantes, denunciam a predileção do escritor pelas árvores. A

vegetação arbórea – em especial o pinheiro *Pinus pinaster* e o carvalho-roble *Quercus robur*, mas também o medronheiro *Arbutus unedo*, o sobreiro *Quercus suber* – é o elemento vegetal dominante nos capítulos centrados em território português. Recorde-se que o seu “fascínio” pela Natureza, confessado em várias declarações e textos, como por exemplo em “A Visita ao Rio” (1970, in *Vária Escrita* n.º 3, 1996) era especialmente devotado à vegetação.

Algumas destas espécies florísticas, aliás, note-se em abono da fiabilidade do retrato natural traçado no romance, foram elencadas por Orlando RIBEIRO em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* como “os reagentes mais seguros das condições climáticas” da região, caracterizada por uma afinidade mediterrânica onde o Atlântico é, contudo, “o grande regulador da atmosfera” (1986: 103 e 101).

Esquemáticamente, o pano de fundo desta ação romanesca reúne cinco elementos da paisagem: existem o rio, o vale e uma serra; existem uma aldeia e campos cultivados. A componente natural, preexistente à intervenção humana, é representada pela expressão orográfica – o vale e a serra, com suas encostas – e pelo elemento hidrográfico Caima; a componente antrópica, operando em estreito vínculo com a primeira, manifesta duas formas de ancoragem humana no território: o povoamento aglomerado – a aldeia – e a exploração dos campos aráveis. As duas últimas formas retratam a adaptação humana aos recursos naturais disponíveis naquele espaço, visando a satisfação de duas necessidades básicas de todo o ser vivo: abrigo e alimentação. Faz sentido invocar aqui o pensamento de Caldeira CABRAL (1940, 2003: 139), para quem a paisagem “representa o esforço secular e perdurável da grei que a modelou com o seu trabalho (...)”.

O olhar da Ecologia Humana deteta uma evidência de linhas simples mas explícita, erguendo-se das páginas iniciais e ressoando em vários momentos da história centrada em Ossela. Essa evidência é a de que o plano de ação abraça uma “Natureza” humanamente modelada em relação à qual Manuel da Bouça alterna duas perceções opostas: encanto pelo seu cunho idílico, associado ao valor estético e de amenidade; e, predominantemente, insatisfação pela terra que inexoravelmente consome o seu viver, esgotando-lhe as forças sem prover o satisfatório retorno – uma terra mais sujeito explorador do que recurso explorado. Ambas são reais, ambas são a mesma terra. Mas, independentemente da instância que as transmite – o narrador ou o protagonista, frequentemente cúmplices na informação ao leitor – a fruição bucólica é em muito excedida pela imposição das regras quotidianas do trabalho inglório sobre um solo que assume aqui, como é peculiar nas zonas agrícolas, um valor de uso primordial.

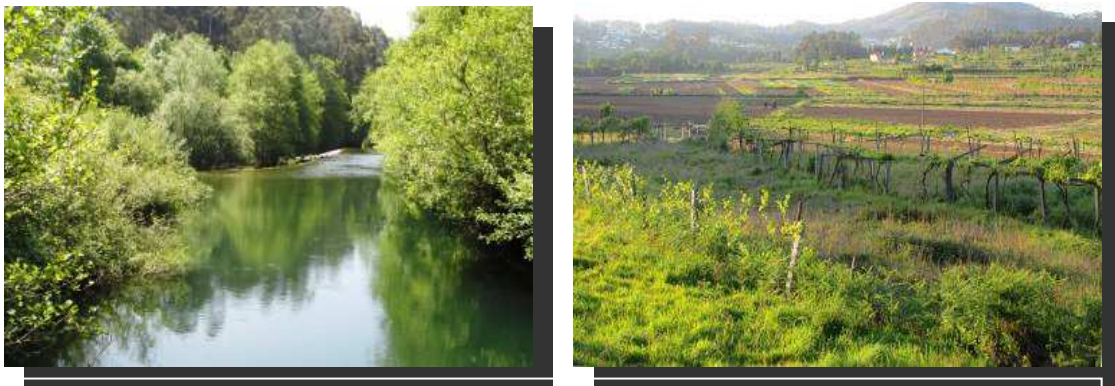
Esta essência telúrica do romance, inseparável do contexto sociopolítico, foi muito bem captada por Jaime BRASIL (1931) que escreveu ser objetivo da narrativa uma reforma dos costumes numa sociedade que “ainda não aprendera a partilhar a riqueza da terra”. Na ótica eco-humana aqui proposta, é essa terra iniquamente repartida o verdadeiro estímulo da ação central, isto é, do movimento emigratório. É esse diferencial em desfavor dos camponeses povoadores do vale numa faina de séculos que cava no íntimo de um homem lugar para um sonho socialmente legitimado.

Emigrantes é a história desse sonho nunca cumprido e da sua transfiguração num pesadelo que derruba o sonhador. E se Manuel da Bouça não cumpre os requisitos de bom sucesso do herói clássico, é-o na medida daquele que não se conforma aos limites do seu estreito mundo, que idealiza horizontes mais amplos, arrisca a partida e enfrenta o desconhecido.

Retomemos a cena que estreia o romance. Aposta-se numa usufruição da paisagem idílica, registo rapidamente substituído pelo ângulo da produtividade da terra. Quando Manuel da Bouça abandona a

posição altaneira, o plano da narrativa desliza com ele encosta abaixo. O autor afasta a atenção da avifauna e das espécies florestais e, não resistindo embora a destacar um sobreiro isolado, introduz gradualmente, pelo olhar da personagem, os elementos humanos da paisagem. Uma imagem tradicional do meio aldeão português – “Lá em baixo, no campanário, o relógio deu três horas” (p. 23) – antecede novos exemplos da marca humana: são os caminhos abertos pelo trânsito pedestre, as habitações dispersas, a sua “casita, quase debruçada no Caima”, “solitária entre os campos (pp. 21, 25), de “quatro paredes brancas”, com “capoeira de criação” e “quintal mui cultivado, muito verde”.

A expressão “terra pródiga” (p. 21) marca a transição do ângulo narrativo da “terra idílica”, poético e simbólico, para uma abordagem utilitária. Conjugada com as alusões ao Caima, em função do qual se organizam as culturas agrícolas, estabelece o duo de recursos naturais que suporta a implantação tradicional do camponês no vale de Ossela: o solo e a água. Solo (cultivado) e água (do rio e das poças) impregnam as páginas de *Emigrantes*, enquadram a casa e o labor humano e são transversais a quase todas as modalidades de vida local. O solo assume na paisagem-cenário importância como sistema vivo e dinâmico de suporte ao cultivo, integrante do ecossistema local. É, assim, um recurso renovável, dotado de uma capacidade de regeneração garantida pelo padrão de uso sustentável da época ⁵. As figuras 2 e 3 ilustram como, em grande medida, a paisagem do vale cruzado pelo Caima, este bordejado por galerias ripícolas e por margens, subsiste ainda hoje.



Figs. 2 e 3 – Recursos Água e Solo: Paisagem atual do rio e do vale cultivado do Caima no troço que atravessa a freguesia de Ossela

No discurso da inauguração da estátua ao “Emigrante” numa praça de Oliveira de Azeméis (1966, in ALVES, 1996: 232), Ferreira de Castro enaltece os “homens que procuram vencer – e tantas vezes o conseguem – os limites estabelecidos pela Natureza”. No romance, o engenho humano força esses limites maximizando o uso da terra pela lavoura, associando alguma atividade hortícola onde as culturas de quintal complementam os baixos rendimentos, e ainda alguma criação de gado como força grosseira. É o retrato da paisagem camponesa beirã humanizada pelo trabalho, um modelo de uso do solo em mosaico agrossilvopastoril tradicional do ordenamento do território português. O vale de Ossela romanceado vive dessa harmonia multifuncional, fruto do esforço de adaptação das populações a um ambiente biofísico que lhes permitiu a dominância de um sistema de minifúndios familiares. Sistema caracterizado por um nível de

⁵ Sustentabilidade: utilização equilibrada dos recursos, de modo a garantir a sua disponibilidade para as gerações que se seguiriam, tal como definido pelo “Relatório Brundtland”, *O Nosso Futuro Comum* (1987) on line em <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

produtividade próprio da economia de subsistência, com grau de influência antrópica significativo, mas ainda numa “relação de dever e de responsabilidade”, citando G. GARRARD (2006: 154), para com as exigências de renovação natural do solo e do rio.

O léxico contemporâneo classificaria como ambientalmente “sustentáveis” essas práticas de horticultura e agricultura nas margens do Caima. Mas a carência do que se poderia denominar “sustentabilidade” nos planos social e económico suplantava, para os camponeses locais como Manuel da Bouça, todo o bucolismo, causando o descontentamento com a terra, percecionada como ingrata. Os baixos rendimentos dos solos, referidos por O. RIBEIRO (1986) como particularidade importante da região, irrompem do primeiro diálogo sobre a ideia de emigrar: “Três courelas, que primeiro que dêem fruto merecedor de se colher levam-me todo o sangue que tenho, e um palmo de terra, aqui, onde não cabe uma junta de bois...” (p. 27), lamenta-se Manuel da Bouça à mulher Amélia. Na ótica eco-humana aqui defendida, esta penúria de rendimentos agrícolas justificaria, como o texto aliás evidencia, as fortes correntes migratórias dessas décadas. Ou seja, às limitadas potencialidades da terra havia a somar as iniquidades sociais no seu usufruto, determinando um vale de Ossela insatisfatório para a sobrevivência das famílias pobres.

O queixume de Manuel da Bouça ilustra o desígnio, o tom geral e o vanguardismo do “romance-testemunho” que objetiva e desassombradamente se ocupa da realidade camponesa. Ferreira de Castro “adere de vez a uma visão realista da arte”, sem “nenhum alindamento”, quando Portugal instalara já a máquina censória, escreveu U. TAVARES RODRIGUES (em Vários, 1996: 87). Está, portanto, ausente qualquer apelo acrítico ao rústico nesta visão literária de um quotidiano rural mais duro e prosaico do que poético. Essa dureza traduz-se, por exemplo, na ideia do proprietário amanhador da terra *versus* proprietário alheado da mesma, com sobrecarga eterna do primeiro, e exprime-se em vocábulos como “moiro” e “moirejar”. Usados para dramatizar quer a condição humana quer a relação com uma terra que não provê à subsistência da unidade familiar, repetem-se frequentemente (p. 26):

«Na margem do rio ia esmorecendo o chilrear do passaredo; ouvia-se com mais nitidez o melancólico rodar de um carro de bois, ao longe; os movimentos dos homens, que moirejavam ainda, tornavam-se confusos; os pinheiros que trepavam pelo monte do Crasto formavam já mancha negrusca e a síncope da luz era cada vez maior.»

Esta ideia da Natureza insatisfatória que subjuga quem dela depende e lhe usurpa as modestas ambições assume também função poética e não menos importante: a da distinção fundamental entre o ser humano e os restantes animais, dada pela capacidade de visionar um futuro diferente, ou seja, de sonhar.

O sonho, como se disse, leveda no fosso aberto entre as expectativas do camponês pobre e a austera realidade. Conhecemos os pertences de Manuel da Bouça: uma casa com muro e cancela, um quinteiro com horta, uma pequena vinha, uma figueira e uma cerejeira, capoeira, um porco, mais três exíguas courelas numa cota alta, pouco providas de água. Sabemos que as queria mais abaixo, e que trocaria a morada sombria à beira Caima por uma casa altaneira banhada pelo sol (nos Salgueiros, em vez de na Frágua). Sabemos da “grande aspiração da sua vida” (p. 22), presa não a vagos objetivos de riqueza ou luxo, não a um cego desejo de ascensão social, mas a uma intenção claramente telúrica: possuir “terra preciosa para cultivar” (p. 24), em particular “os campos que se estendiam planos, bem regados, até próximo da igreja velha (...);

“semear e colher o milho, que aloirava aos primeiros calores fortes e, no Inverno, a erva dos lameiros, que formava tapetes sempre húmidos”.

É verdade que chega a idealizar o regresso com “duas malas, boas roupas e bons chapéus” (p. 23) e meios para obsequiar a mulher com “um cordão mais grosso do que os das padeiras de Vilar” (p. 37). Mas são singelos indicadores da hipotética ascensão social de alguém que fantasia uma casa “em cuja salgadeira metesse dois porcos alentejanos”, dotada de eira e “um canastro para secar o milho”, suplementada por terreno com “duas, três, quatro juntas de bois arrastando pacientemente o arado ou a charrua” e uma copiosa colheita de vinho “verdasco” que enchesse vários lagares” (p. 24). Estes detalhes etnoculturais não só conferem realismo ao texto, como sustentam a tese da motivação telúrica na base da opção emigratória e, consequentemente, no cerne da trama de *Emigrantes*. Acresce que o monólogo interior de Manuel da Bouça revela de que constava a noção aldeã de progresso – “casas novas, chafarizes, grandes quintas com portões de ferro” (p. 25) – e como o sonho de torna-viagem abastado conquistaria um patamar ideal caso o “dinheiro dos campos” sobrasse para dotar a aldeia de uma escola e uma ponte.

Portanto, enquanto na experiência de vida de Ferreira de Castro o motor da partida foi a sua tendência centrífuga rumo ao desconhecido, em Manuel da Bouça fixa-se quase no oposto: o desejo de que o vínculo afetivo ao solo natal se materialize numa ligação menos inglória, mais pacífica e compensadora. Afeição e utilitarismo – duas faces da mesma moeda que atravessam o romance e eram já claras quando o sonho começa a amadurecer (p. 37):

«Concluída a sacha, pôs a enxada de pé, apoiou o cotovelo na extremidade e entregou-se de novo à obsessão. Os olhos acarinhavam, pousando aqui e ali, os campos próximos que o Caima banhava – os seus futuros campos! Embora o sol abandonasse já os cumes da Felgueira, por toda a parte que a vista abrangia se labutava ainda. Labutava-se desde que os galos cantavam e assim se ia, de dorso curvado, trabalhando a terra insaciável, pela noite dentro. Era um esforço constante, uma regueira de suor, entre a malga de caldo e um copo de vinho, quando o lavrador tinha espírito generoso, porque havia quem passasse todo o dia apenas com as migas matinais.»

A esta terra insaciável acusada nas reflexões do protagonista sucede a alternativa idílica, na voz do narrador (pp. 38 e 39), mantendo-se a representação ambivalente do meio camponês:

«Anoitecia: pairava ainda, sobre o vale, um fluido de ternura, luz pérola suave, meiga, que ia quebrando lentamente a sua união com a terra. No último espasmo do dia tudo se aureolava de religiosidade, tudo se tornava humilde ante a noite nascente. Tinha-se uma sensação de maciez, de paz universal — veludo impalpável que tudo envolvia, extaticamente.

O verde dos lameiros ficara mais verde durante um momento, para logo desmaiar em verde de limo, em verde marítimo, e a diafaneidade da luz só existia agora acima do carvalhado ensimesmado.

Na margem do rio ia esmorecendo o chilrear do passaredo; ouvia-se com mais nitidez o melancólico rodar de um carro de bois, ao longe (...).»

Um trecho onde o autor não esconde o “sentimento de lugar”, a ligação íntima à “terra nativa” que lavraria, muito mais tarde, em “Aldeia Nativa” (1969).

O retrato realista da economia de Ossela inclui, em *Emigrantes*, a agricultura em campo aberto e a horticultura. As espécies botânicas de cultivo úteis como sustento alimentar dos camponeses totalizam, no romance, uma dezena, entre elas o centeio *Secale cereale*. Informação em acordo com o mapa da Ocupação do Solo em Portugal continental de meados do século XX (1955, in ROSAS, 1984: 32), que mostra como na pequena região que abrange este cenário se verificava um predomínio daquele cereal (sexta classe da legenda). Algumas dessas espécies surgiram em 1967 no texto de doação da casa de Salgueiros ao município de Oliveira de Azeméis. Nele, Ferreira de Castro lavra diretrizes quanto à eventual substituição das árvores existentes no quinteiro da casa onde nasceu, impondo que o sejam “por outras da mesma espécie” e fiéis às culturas tradicionais: “vinha, centeio, feijão, batata, pomar e horta e demais culturas arvenses”.

Movido essencialmente por um forte desígnio de intervenção social, *Emigrantes* escusa-se a veicular outros detalhes de caráter eco-humano que seria interessante rever nas suas páginas. Por exemplo, costumes seculares de uso otimizado e sustentável da terra, como a prática engenhosa de “domesticar” os declives, criando socacos de encosta. Ou o aproveitamento popular do rio traduzido no sistema tradicional de moagem. Apenas uma vez, numa nostálgica evocação de Manuel da Bouça a partir do Brasil, os moinhos de água surgem, “revestidos de heras, entre verdes amieiros, numa volta do Caima” (p. 205).

A agricultura foi a base tradicional da economia mediterrânica (RIBEIRO, 1986 e 2011). Historicamente, sobretudo desde o século V a. C., com os grandes impérios, as áreas de cultivo cerealíferas alastraram à custa de habitats naturais, como florestas, “o mais óbvio e contíguo ‘banco de solo’”, terras alagadas, etc., resultando na atividade humana mais transformadora da paisagem (SIMMONS, 1993: 39 e 94). Ainda hoje o setor agrícola de regadio tem um impacto ambiental elevado, sendo o maior consumidor de água doce em Portugal e no mundo ⁶. Em *Emigrantes*, já vimos, a água forma com a terra o núcleo de recursos naturais básicos para o sustento humano do vale. Pois são justamente esses campos férteis à beira-rio, votados ao desinteresse do senhorio e à negligência do rendeiro ⁷, que servem de pretexto para o autor inaugurar o sentimento de injustiça de Manuel da Bouça, que se acha mais merecedor de os cultivar (p. 22):

«Até parecia injustiça de Deus que aqueles campos tão férteis, tão vastos, estivessem quase ao abandono, porque o senhor Esteves, sendo rico, morava na vila (...) e o rendeiro, velho e sovina, preferia deixar a terra sem cultivo a pagar a alguém que o auxiliasse.

E à semelhança das extensões aráveis iniquamente repartidas, a água tem o papel de segundo gatilho para a mesma sensação do protagonista (p. 26):

Doía-lhe o coração por ver ali tanta água e, lá em cima, nas territas que lhe pertenciam, morrer de sede tudo quanto não fosse centeio. Ah, que quando ele voltasse havia de abrir um poço fundo ou colocar uma bomba mecânica, igual a essas que vira perto da Gandra! (...)

⁶ Fontes: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: <http://www.dgadr.mamaot.pt/rec-hid> e UNESCO-WWAP: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/>

⁷ Jorge GASPÁR (1981:27) confirma que “Em qualquer parte do território é frequente o sistema de arrendamento, a que corresponde muitas vezes o absentismo dos proprietários” residentes na capital ou nas cidades mais próximas.

Chegado às courelas, Manuel da Bouça começou a sachar entre o milho verde. Já não vibrava, porém, com o entusiasmo de outrora, que o levava, muitas vezes, a dessedentar a terra, transportando baldes de água do rio até ali. Agora, tudo aquilo lhe parecia provisório e mesquinho. O milharal, quando aloirasse, apresentar-se-ia, como nos outros anos, fanado ou raquítico. Não valia a pena.»

Ferreira de Castro parece bastante atento à imprescindibilidade da questão hídrica para o modo de vida camponês. O desamparo material de Manuel da Bouça e de outros como ele, presos ao labor de hortelãos e seareiros, não se limita à estreiteza de terras nas suas mãos nem à reduzida qualidade natural das que lhes couberam em sorte: alastra à escassez de água para regadio, fator agravante da baixa produtividade dos solos de pouca aptidão agrícola. Já em *Sendas de Lirismo e de Amor* (1925) o conto “O Irremediável” relatara uma desavença rural trágica em torno das águas de rega.

Se, nesta segunda década do século XXI, a água – sua quantidade, qualidade, disponibilidade e gestão – se perfila como uma das mais desafiantes questões ambientais, responsável por severos impactos sociais a todas as escalas (UNESCO – WWAP, 2015), em *Emigrantes* ela contribui para a denúncia de uma realidade social imperfeita, reinante à época. A tese da ligação proveitosa à terra como móbil da decisão de abandonar a aldeia encontra aqui outro argumento: a aspiração de Manuel em cavar um poço que alimentasse as suas courelas afastadas do rio.

O papel económico e etnográfico do sistema hídrico irradia também de exemplos do saber empírico local. É o caso das presas ou poças, “nascentes em cavidade larga e pouco profunda”, definiu Leite de VASCONCELOS (1982: 114), situadas geralmente em lugares altos, que permitem a reserva de água, depois encaminhada para os cultivos das encostas e terras baixas. No penúltimo capítulo (p. 272), uma recomendação de Deolinda ao marido – “que aproveitasse bem a água da presa para o milho não ir à vela” – mostra a sua relevância na economia familiar.

Se a poça é um legado dos Cartagineses no norte do país (FERRÃO *et al*, 2008), algumas teorias atribuem a este povo a regulação da rega dos prados permanentes que aí dominavam – os lameiros – assim como o sistema de os proteger dos rigores térmicos do Inverno cobrindo-os de uma fina película de água corrente – a chamada “rega de lima” (*op. cit.*). Este engenho eco-humano destinado a obter erva tenra e fresca para o gado bovino não escapou a Ferreira de Castro, que o menciona frequentemente. Aliás, a exploração animal com fins nutricionais e para energia de trabalho configura outra relação orgânica do ser humano com o território, presente no romance. Com destaque para o gado bovino, o porco e as aves de criação.

A cena de Manuel da Bouça meditabundo, em despedida do vale e da aldeia, fecha o capítulo V e transporta ecos da biografia do escritor, onde nem falta o aceno a anteceder a “curva do caminho” (p. 75), o “verde do cenário” sob o “sol vespertino” e o baú levado à cabeça por uma mulher (p. 74). “Antes de a camioneta rodar pelos Salgueiros”, “entre mimosas, pinheiros, carvalhos e vinhedos” (p. 77), apaga-se a terra madrastra no íntimo do camponês, demorado na contemplação da “paisagem de crepúsculo” (p. 78).

A dimensão demográfica do fenómeno emigratório – que, como a mortalidade, baixa o efetivo e a densidade populacionais – pode interpretar-se com base em conceitos da Ecologia clássica transponíveis para o universo humano. Por exemplo, a sobrevivência dos habitantes do vale de Ossela dependia de fatores ambientais como o espaço, o ar respirável, a luz do sol, a temperatura ambiente, mas também a água e a terra arável; a insuficiência na quantidade e na produtividade destas últimas, abaixo de certo nível, tornava-os

fatores limitantes da prosperidade e mesmo da sobrevivência naquele habitat. A emigração era consequência direta desse contexto de limitação de recursos naturais que ditava a expulsão de indivíduos.

Essa “terra nativa” e “a curva de saudade” que sobre ela esvoaça (p. 171) são nostalgicamente recordadas pelo emigrante no cafezal de Santa Efigénia, no interior de S. Paulo. Num desses momentos evocatórios Manuel da Bouça espera carta de Amélia, enquanto os pensamentos lhe fogem para a aldeia (p. 227):

«A aldeia era uma tortura. Tudo nela constituía motivo de fascinação: as pessoas conhecidas e o desejo que ele tinha de voltar a vê-las; os grandes rebanhos subindo, lentamente, ao crepúsculo, por entre os castanheiros da Felgueira; o Caima, nos dias de pesca clandestina, quando ele chafurdava com um saco de cal entre os calhaus limosos, olho aqui, olho ali, não fosse o guarda-rios surpreender o delito; as vinhas, quando formavam ao longo de muros e combros uma cobertura fresca, preferida por milheiras e pintassilgos para fazerem os ninhos, e, depois, quando se enchiam de cachos e surgia pinta (...) até a faina das vindimas, escadas, cabazes e gracejos com as raparigas (...). Como era boa uma cama de fetos verdes sob as ramadas, com o sol a brincar nas folhas e a descer, por entre elas, até o chão, num raio delgadito, cheio de corpúsculos, que subiam e baixavam, perdendo-se a vista sempre que fugiam da faixa de luz! E ele admirava-se de não ter sentido pelo sol da sua terra (...) a amizade que, de longe, lhe atribuía agora (...)»

Durante os nove anos de emigrado, Manuel da Bouça percorre um caminho lodoso, até tornar viagem tão ou mais pobre do que quando partiu. O seu abatimento pelo logro da experiência emigratória é a ilustração literária de uma amarga realidade nacional: entre 1919 e 1930 averbaram-se como retornados a Portugal em estado de indigência 10 496 emigrantes, 9596 oriundos do Brasil (SERRÃO, 1974: 38)⁸.

Reentra na sua aldeia, a Frágua, à boleia de um carro de praça alugado na vila. A paisagem nativa vai-se-lhe revelando à cadência abrandada do automóvel, primeiro com as árvores novas do Monte de La Salette, logo a Mata do Covo, uma “curva margeada de oliveiras” (p. 269), os milharais, “pinheiros, sobreiros e carvalhedos”, o chafariz de Vermoim. Ao parar diante da cancela da sua antiga casa, apenas a cerejeira e a figueira subsistem como seres vivos familiares a dar-lhe as boas-vindas: “Ele olhava como se as árvores e as pedras o compreendessem e vibrassem sob a mesma comoção (...)”.

O património natural e o seu usufruto humano atingem aqui outro nível elevado da sua significância no enredo. Após ter servido de ignição para a partida e tingido as memórias à distância, é a vegetação, espontânea ou cultivada, que marca presença no reencontro de Manuel da Bouça com o vale de Ossela. Só mais tarde, ao deambular pela aldeia, revê os vultos miniaturais a “moirer no campo” (p. 274), “truncos suarentos que projetavam a sua sombra movediça nos campos encharcados de sol”. “Dir-se-ia que não haviam saído da posição em que ele os vira pela última vez” (p. 289) ilustra a mensagem do escritor e sintetiza o destino dos camponeses daquele lugar e daquele tempo.

A “ligação afetiva e criativa com o espaço matricial (paisagem, fauna, gentes, folclore)” que M. SIMÕES (2009: 150) afirma serem traços típicos de escritores neorrealistas portugueses e que aqui também se encontra, transfigura-se. Na primeira manhã, quando ele sai para rever a terra, a voz da narração dá-nos a primeira imagem de desconsolo no seu olhar (p. 280):

⁸ Segundo Joel SERRÃO, a emigração real foi sempre superior à que consta dos registos oficiais do tempo. Estima-se que há a acrescentar pelo menos mais 1/3 dos números oficiais de pessoas que escaparam da malha.

«Manuel da Bouça olhava-a, baixava os olhos e volvia a olhá-la, recordando a imensa saudade com que a evocava quando estava no Brasil. Mas o grande vale policromo, o rio azul que corria entre as árvores, os caminhos floridos, as fontes murmurantes, as ramadas por onde o sol se filtrava, tudo quanto constituía a beleza da sua aldeia, que ele tanto desejara voltar a ver, não lhe causavam agora o alvoroço que havia imaginado (...).»

O fascínio pela “terra pródiga” e o imaginário telúrico sofrem uma erosão gritante na Segunda Parte do romance. Existe muito menos de Natureza e de sentido da beleza paisagística rural nestes últimos capítulos, dominados pela infelicidade do regresso inglório.

Manuel da Bouça, incapaz de enfrentar as previsíveis “murmurações, dos quinteiros às fontes e das tabernas à igreja” (p. 295), começa por abafar junto da família e do lugar a verdade sobre a carência em que voltou. Rapidamente se decide a abandoná-los de vez, num fragmento do romance onde é intensa a dramaticidade e a dimensão psicologista. Talvez por isso PALMA-FERREIRA (s/d: 1086) lhe chamou “a epopeia moderna do desenraizado”.

A atração do escritor pelos espaços de sepultura ressuma de uma das cenas finais, no cemitério de Santo António, que fecha o círculo geográfico com o local de início do romance. Manuel lastima a morte da sua Amélia onde, anos mais tarde, Ferreira de Castro viria a chorar Diana de Lis. A interpretação ecocrítica colhe aqui os seus últimos argumentos: i) o emigrante rememora uma primeira aspiração juvenil – conseguir em família “o nosso bragal, o nosso celeiro, a nossa salgadeira” (p. 297); e ii) deparamos com um terceiro desejo frustrado a engrossar a sua tristeza – adquirir um minúsculo pedaço de terra, desta feita não de cultivo mas de inumação, que previna a futura alienação dos ossos da mulher. Na invariabilidade da sua má sina, também este último anseio lhe é vedado. Fecha-se assim, numa ironia opressiva, o ciclo iniciado com a vida vegetal na “terra fecunda”, necessário à prosperidade humana, e concluído no solo estéril e impessoal que acolhe a morte.

O romance acaba com Manuel da Bouça afastando-se numa camioneta que terminantemente o “rouba à sua vida de fecundador da terra” (p. 302). Lança um olhar desencantado sobre uma paisagem que de início foi pacífica mas neste desfecho surge poluída pela intrusão do palacete do engajador Nunes, materializando a exploração humana e a injustiça social – sobranceiro a “casais, árvores e caminhos” (p. 302). A página 300 já sumarizara a rutura extrema: a do homem que, após exaurir-se na “quimera fugidia” (p. 301), projeta na relação com a terra o seu insucesso e a sua desventura, falha na conciliação com esse berço e abandona-o sem ambição de regresso: “Haviam-se tornado irreconciliáveis o homem que se adaptara a outra atmosfera e aquelas jeiras verdes que já não encontravam amor no seu coração de repatriado”. Um evidente contraste com o tom esperançoso da Primeira Parte alastra por estas últimas páginas.

A sorte do camponês após abandonar definitivamente a aldeia rumo a Lisboa cai fora da moldura do romance. A. QUEIRÓS (2000: 55) profetisa uma “visão condoída do destino último dos camponeses desenraizados e dos proletários que sobreviviam nas periferias” da capital. Mas o final, algo apocalítico, de um homem que involui de camponês pobre num meio familiar a “pobre de pedir” num meio estranho, chegaria em *A Lã e a Neve* (1947): o Manuel da Bouça emerge no romance serrano como personagem furtiva em estado de miséria – um mau fado de novo em colisão com a proverbial “esperança castriana”.

4. Conclusão

Houve, neste romance que lançou a ficção de Ferreira de Castro numa nova fase, dois imperativos: o de ajustar contas com o trauma pessoal da emigração através da denúncia dessa moléstia social; e o de homenagear o território natal no retrato realista e afetivo da paisagem e do papel humano na sua composição.

Em *Emigrantes* só conhecemos o património natural e a paisagem humanizada de Ossela através dos olhares do narrador e de Manuel da Bouça, que o sonho de possuir terra fértil sujeitou às arremetidas do destino. Temos, assim, uma perspetiva unívoca do espaço, quanto à qual ambos parecem sintonizados. A subjetividade sobre o vale e a aldeia joga-se apenas, e essencialmente, nos sentimentos paradoxais do protagonista para com o vale.

Ao rejeitar a predestinação de ficar “preso à nora de uma vida sempre igual” (p. 31), ele dita a essência de uma história que é mais da pobreza e menos da miséria, que é do movimento arrojado e recusa a estagnação. Neste sentido, o romance fala à sensibilidade da Ecologia Humana contemporânea. Porque essa história é, claramente, expressão do paradigma Humano – Natureza daquele lugar e daquele tempo, o qual, assente embora em práticas de apreço pela renovação dos recursos naturais, funcionava em desabono da prosperidade e da bem-aventurança humana.

Bibliografia citada

De Ferreira de Castro:

FERREIRA DE CASTRO. 1928. *Emigrantes*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, s/d, 11^a ed.

FERREIRA DE CASTRO. 1993 (1945). “De Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra”, in *Guia de Portugal* III Volume – Beira, Beira Litoral, Lisboa, pp. 605-616

FERREIRA DE CASTRO. 1947. *A Lã e a Neve*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães - Babel, 2010, 16.^a ed.

FERREIRA DE CASTRO. 1966. “Pequena História de *Emigrantes*”, Posfácio a *Emigrantes*, Edição comemorativa do Cinquentenário da vida literária de Ferreira de Castro, ilustrada por Júlio Pomar, Lisboa, Portugália Editora

FERREIRA DE CASTRO. 1967. Texto de doação da Casa ao Município de Oliveira de Azeméis (não publ.)

FERREIRA DE CASTRO. 1974. *Os Fragmentos*. Lisboa, Guimarães & C^a editores, 330 p., ilustrações de Abel Manta.

Geral:

ALMEIDA, Maria Socorro. 2008. “Homem, animal e espaço numa visão ecocrítica em Graciliano Ramos e Miguel Torga”, Almeida, M. S. e Azevedo, S. L., *Espaço Interdisciplinar Literatura, Meio Ambiente e Relações Sociais*, pp. 127-157

ALVES, Ricardo A.. 1996. “A Unidade Fragmentada – Dispersos de Ferreira de Castro”, *Vária Escrita* n.º 3, 1996, pp. 137-256

BRASIL, Jaime. 1931. *Ferreira de Castro e a sua Obra*. Porto, Livraria Civilização

BRASIL, Jaime. 1976. “A Obra e o Homem”, Neves, A. V. (org.), In *Memoriam de Ferreira de Castro*, Cascais, Ed. Arquivo Biobibliográfico dos Escritores e Homens de Letras de Portugal

- BUELL, Lawrence. 2005. *The Future of Environmental Criticism: Environmental Crisis and Literary Imagination*. Malden, USA, Oxford, UK, Victoria, Australia, Blackwell publishing
- CABRAL, F. Caldeira. 2003. *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza
- CARVALHO, Ana Cristina. 2015. *Terra Nativa – A relação eco-humana na vida e na obra de Ferreira de Castro*. Tese de Doutoramento. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- DIONÍSIO, Sant'Ana e PROENÇA, Raul. 1995 (1969). *Guia de Portugal - Vol. V, Tomo I: – Trás-os-Montes e Alto Douro: I. Vila Real, Chaves e Barroso*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3.^a ed.
- FERRÃO, João. 2000. “Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro”, *Revista EURE* Vol. XXVI, n.º 78, pp. 123-130
- FERRÃO, José E., CAIXINHAS, M. Lisete e LIBERATO, M. Cândida. 2008. “A Ecologia, as Plantas e a Interculturalidade”, Lages, M. F. e Matos, A. T. (coord.), *Portugal, Percursos de Interculturalidade*, Vol. I, pp. 132-223
- GARRARD, Greg. 2006. *Ecocrítica*. Brasília, Fundação Universidade de Brasília
- GASPAR, Jorge (dir.). 1981. *Portugal em mapas e em números*. Lisboa, Livros Horizonte, 2.^a ed.
- GASPAR, Jorge. 1993. *As Regiões Portuguesas*. Lisboa, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional
- MANN, Thomas. 1981 (1924). *A Montanha Mágica*. Lisboa, Círculo de Leitores
- PALMA-FERREIRA, João. 1966-1976. “Ferreira de Castro”, *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, Lisboa, ed. Artis – Bompiani, Vol. II, Fascículo 18
- QUEIRÓS, António. 2000. *A Contribuição dos Poetas e Prosadores Portugueses para a Génese da Moderna Consciência Ambientalista*, Tese de Mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne. 1989. *Geografia de Portugal – III. O Povo Português*. Lisboa, Edições Sá da Costa
- RIBEIRO, Orlando. 1986 (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 4.^a ed. rev. e ampl.
- RIBEIRO, Orlando. 2011 (1968). *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 3.^a ed. rev. e ampl.
- ROLIN, Olivier. 2000. *Paisagens Originais*. Porto, Edições ASA
- ROSAS, Fernando. 1994. “A ‘grei agraria’”, MATTOSO, J. (dir.), *História de Portugal*, Sétimo Vol., pp. 31-59
- SERRÃO, Joel. 1974. *A Emigração Portuguesa – Sondagem Histórica*. Lisboa, Livros Horizonte, 2.^a ed.
- SIMMONS, Ian J.. 2007 (1993). *História do Ambiente*. Lisboa, Ed. Teorema
- SIMÕES, Manuel. 2009. “A tensão entre espaço rural e espaço urbano na narrativa de Antunes da Silva”, *Nova Síntese* 4, pp. 149-158
- TAVARES RODRIGUES, U.. 1996. “A obra de Ferreira de Castro e o neorrealismo literário em Portugal”, *Vária Escrita*, Sintra, n.º 3, pp. 85-89
- UNEP. 1987. *O Nosso Futuro Comum* (“Relatório Brundtland”), versão inglesa *on line* em <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>
- VÁRIOS. 1996. *Vária Escrita* n.º 3, Sintra, Câmara Municipal de Sintra
- VASCONCELOS, Leite de. 1941-1982. *Etnografia Portuguesa*. Vols. I, a VII. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- VILAGRASA I IBARZ, Joan. 1988. “Novela, espaço y paisaje: sugerencias para una geosofia estética”, *Estudios Geográficos* 191 (XLIX), pp. 271-285
- WWAP (United Nations World Water Assessment Program). 2015. *The United Nations World Water Development Report 2015: Water for a sustainable world*. Paris, UNESCO, 122 p., on line em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002318/231823E.pdf> (9 Maio 2012)



Figura 4 - 1ª edição

